

NOTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDU/UFAL) SOBRE A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ AO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.

O Centro de Educação (CEDU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) vem por meio desta nota apresentar seu posicionamento relativo à adesão do Município de Maceió ao “Programa Nacional das Escolas Cívico-militares” que propõe entregar a militares a gestão de escolas públicas municipais, em seus aspectos didático-pedagógicos e administrativos.

Professores e estudantes do CEDU repudiam a adesão do Município, sem o devido debate e esclarecimento à sociedade e à comunidade escolar sobre as verdadeiras implicações do programa. Estranham a não discussão com o Conselho Municipal de Educação (COMED), colegiado formado por representações da sociedade civil, que tem como função acompanhar, debater e fiscalizar as políticas públicas municipais de Educação. Também consideram grave o fato desse programa se contrapor frontalmente aos princípios e objetivos da lei Plano Municipal de Educação, especialmente ao princípio da gestão democrática da Educação.

Consideramos inconcebível que a gestão das escolas municipais abandone a construção democrática da eleição de Diretores, e a gestão participativa por meio dos Conselhos Escolares, que congregam representantes da comunidade.

Na condição de Centro de formação de profissionais da educação, ressaltamos a ilegalidade de pessoas sem formação na área de Educação assumirem tarefas privativas dos profissionais legalmente constituídos para tal. Atualmente a maior parte da oferta do município de Maceió se concentra na faixa etária de 0 a 11 anos, com Educação Infantil e Ensino Fundamental. E a Educação, como área de pesquisa e atuação, há muito vem produzindo conhecimentos sobre a educação das crianças nessa faixa etária. Por isso, é inconcebível que pessoas sem a formação adequada assumam a gestão de escolas públicas municipais.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-militares insiste na ideia de que os problemas da educação pública brasileira podem ser solucionados com a rígida disciplina militar. Reforça o preconceito contra as comunidades pobres e periféricas, em geral muito mal assistidas por políticas sociais, e especialmente vítimas da violência e da criminalidade. Militarizar as escolas para reprimir a juventude da periferia não é solução, e gera mais exclusão social, principalmente nas populações em situação de vulnerabilidade social.

É um engodo enaltecer o modelo de escolas militares, que recebem financiamento maior do que o das escolas públicas comuns e atendem estudantes previamente selecionados. O ensino militar deve estar voltado àqueles e àquelas que escolhem

essa carreira. Sua legislação é diferenciada e suas finalidades são bem específicas e, por isso, não podem ser confundidas com as finalidades da Educação Básica comum a todos e todas cidadãos e cidadãs brasileiros/as.

Este modelo, sob o discurso da ordem e da disciplina, é trazido por um governo que corta as verbas da Educação Básica e Superior, as verbas da Ciência, as verbas da Saúde, as verbas das Políticas Sociais. Um governo que destrói a Escola e os Direitos.

Temos uma lei - o Plano Nacional de Educação - cujas metas e diretrizes esse governo abandonou, deixando de consolidar uma política de Estado, fundamentada nos direitos da cidadania. É fundamental a restituição do orçamento da Educação, para garantir um efetivo regime de colaboração da União com os Estados e Municípios, a valorização dos profissionais, a infraestrutura das escolas, para consolidar condições de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

Portanto, a posição do CEDU/UFAL é contrária à adoção desse programa pelo Sistema Municipal de Ensino de Maceió.

Maceió, 04 de dezembro de 2019